

Discursos subversivos: *quando o possível habita o currículo escolar*

Subversive discourses:
when the possible inhabits the school curriculum

Discursos subversivos:
cuando lo posible habita el currículo escolar

 **DANILO ARAUJO DE OLIVEIRA***

Universidade Federal do Maranhão, São Luís- MA, Brasil.

 **ANDERSON FERRARI****

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora- MG, Brasil.

RESUMO: Vendo-nos envolvidos em uma atmosfera que nos entristece e minimiza nossa agência, sentimos-nos impelidos a mobilizar ditos de resistência sobre gênero de um professor e duas professoras de uma escola pública. Esses ditos estão inscritos em discursos subversivos sobre normas de gênero, afirmando o possível no currículo escolar e a vida em sua multiplicidade, fora de fronteiras e enquadramentos da normatividade. Acreditamos que possam reativar a resistência, o que é sempre possível. O texto é parte de uma pesquisa de mestrado em Educação que analisou processos de (re)produção de sujeitos genericados em uma escola pública de educação básica, em Aracaju – SE, elaborada na perspectiva pós-crítica educacional entre 2015 e 2017. Como metodologia, articulamos entrevistas semiestruturadas – com 16 docentes, 12 mulheres e 4 homens, com idades entre 27 e 66 anos –, análise do discurso e problematização de inspiração foucaultiana. Para este texto trouxemos excertos de 3 dessas entrevistas. Podemos afirmar que apesar de todo investimento no apagamento das questões de gênero, as resistências constituem o fazer docente.

* Doutor em Educação e professor da Universidade Federal do Maranhão. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículos e Culturas e do Observatório da Juventude. *E-mail:* <danielodinamarques@hotmail.com>.

** Doutor em Educação e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. *E-mail:* <anderson.ferrari@ufjf.br>.

Palavras-chave: Subversivo. Resistência. Gênero.

ABSTRACT: By being involved in an atmosphere that saddens us and minimizes our agency, we feel impelled to mobilize speeches of gender resistance from three public school teachers, one man and two women. These speeches are inscribed in subversive discourses about gender norms, affirming their possibility in the school curriculum and life in its multiplicity outside the borders and frameworks of normativity. We believe they can reactivate resistance, which is always possible. The text is part of a master's research in Education that analyzed processes of (re)production of gendered subjects in a public school of basic education in Aracaju – SE, elaborated under the post-critical educational perspective between 2015 and 2017. As a methodology, we articulated semi-structured interviews – with 16 professors, 12 women and 4 men, aged from 27 to 66 years old –, discourse analysis and foucaultian-inspired problematization. For this text we brought excerpts from 3 of these interviews. We can say that despite all the investment in erasing gender issues, resistance constitutes teaching practice.

Keywords: Subversive. Resistance. Gender.

RESUMEN: Al vernos envueltas en un ambiente que nos entristece y minimiza nuestra agencia, nos sentimos impulsadas a movilizar dichos de resistencia sobre género de un maestro y dos maestras de una escuela pública. Estos dichos se inscriben en discursos subversivos sobre las normas de género, afirmando lo posible en el currículo escolar y la vida en su multiplicidad, fuera de las fronteras y marcos de la normatividad. Creemos que pueden reactivar la resistencia, lo que siempre se hace posible. El texto forma parte de una investigación de maestría en Educación que analizó procesos de (re)producción de sujetos generificados en una escuela pública de educación básica, en Aracaju - SE, elaborados en la perspectiva educativa poscrítica entre 2015 y 2017. Como metodología, articulamos entrevistas semiestructuradas –a 16 profesores, 12 mujeres y 4 hombres, con edades entre 27 y 66 años–, análisis del discurso y problematización de inspiración foucaultiana. Para este texto, trajimos extractos de 3 de esas entrevistas. Podemos decir que a pesar de toda la inversión en borrar las cuestiones de género, las resistencias constituyen la práctica docente.

Palabras clave: Subversivo. Resistencia. Género.

Introdução

É possível dizer, de maneira ampla, que “uma atmosfera sinistra envolve o planeta. Saturado de partículas tóxicas do regime colonial-capitalístico, o ar ambiente nos sufoca” (ROLNIK, 2019, p. 20). No cenário nacional, constatamos que uma “violência da reação conservadora se abateu sobre o conjunto da sociedade brasileira” (PELBART, 2019, p. 125). Ao mencionarmos esse cenário, podemos sugerir que “o tema, por si só, tende a convocar céus carregados e sombrios” (FERRAZ, 2020, s/p). Mais especificamente, no contexto em que este texto se situa, percebemos que tal violência incide na constituição e no funcionamento dos currículos escolares, de modo que concordamos com Marlucy Paraíso quando afirma que “o céu ameaça tormenta no território curricular” (PARAÍSO, 2018, p. 23).

Tristes poderes conservadores têm invadido esse território e todo o campo educacional, reivindicando espaços e tentando expulsar as discussões que afirmam a diferença por meio das relações de gênero e sexualidades. Entretanto, conforme Dagmar Meyer, “se ventos, raios, trovões e chuvas torrenciais – constitutivos das tormentas – desestabilizam, dispersam, colocam em xeque e ameaçam derrubar o que foi arduamente conquistado e construído”, esse também é o momento “de fortalecer-se para enfrentá-los” (MEYER, 2018, p. 9). Isso pode ser feito de muitas maneiras. É possível “denunciar tudo o que é tristeza, tudo que é causa de tristeza, tudo o que necessita de tristeza para exercer seu poder” (DELEUZE, 1969, p. 323), porque, assim, podemos desestabilizar a suposta naturalidade com que esses poderes se instituem para fazer funcionar a norma. A partir da pesquisa à qual este texto se vincula também fizemos isso, em outros momentos (OLIVEIRA & FERRARI, 2020; 2021). Mas se poderes tristes exercem suas práticas, suas habilidades e seus mandos, há também diversas formas de resistência, formas de vida que, inventivamente, insistem em existir e que, apesar de tudo, mostram também sua força. Mesmo em cenários com céus tão assustadores ergue-se “a ação humana capaz de interceptar a ruína e a destruição, abrindo um incomensurável campo de possíveis” (FERRAZ, 2020, s/p).

Recentemente, tivemos expressões concretas de reações e resistências com o emocionante levante de manifestantes em frente a uma escola para protestar contra as intimidações de um vereador a uma professora que havia indicado um texto a alunos/as sobre o mês do orgulho LGBTQI+ (MARCONDES & SILVA, 2021). Com cartazes e bandeiras do movimento LGBTQI+, os/as manifestantes reclamaram respeito e liberdade para os/as professores/as. Tivemos também o pedido de um aluno para discutir questões sobre o mês do Orgulho na escola (ALUNO, 2021). Ainda que ele tenha sido rechaçado, o que podemos ver com essas duas situações é que as resistências estão ocorrendo constantemente nas escolas, através dos/as estudantes e dos/as professores/as. Acreditamos que seja impossível parar, frear ou conter um movimento que é mesmo parte da vida, a insistir em existir apesar de toda a tristeza. Por acreditar nisso, mobilizamos neste texto

excertos de entrevistas com docentes que trazem em suas concepções e ações noções de gênero que afirmam a diferença e subvertem a norma.

No que se refere a gênero, partimos do entendimento de que as concepções de “masculino e feminino variam de acordo com a cultura, e esses termos não possuem significados fixos. Eles são dimensões culturais de nossas vidas que assumem formas diferentes e renovadas no decorrer da história” (BUTLER, 2017, s/p.). As discussões propostas com base nesse entendimento se inscrevem como proposição de afirmação da vida e reconhecimento da ampla gama de identificações de gênero que constituem nossa complexidade como seres humanos. Isso porque, apesar de gênero ser uma norma “um mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam noções de masculino e de feminino [...] pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (BUTLER, 2006, p. 70). Um movimento que nos obriga a tensionar, como fazemos aqui, a própria compreensão de natureza, porque “a pretensão de desnaturalização abre a possibilidade desse envolver com a natureza” (RANNIERY, 2021, p. 494).

A partir das análises foucaultianas, Judith Butler defende que o sexo “não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governam” (BUTLER, 2019, p. 15). Com isso, a autora chama atenção para o fato de essa força regulatória colocar em circulação um tipo de poder que é produtivo, aproximando-se da defesa que Michel Foucault (1988) faz da necessidade de trabalharmos com uma analítica – e não como uma teoria do poder – que entenda o poder como algo positivo. Produtivo e positivo pois produz sujeitos, demarca os sexos, faz circular os saberes e os poderes, diferencia indivíduos a partir dos seus sexos, gêneros e sexualidades, enfim, porque controla os corpos.

No enfrentamento, a analítica que os estudos de gênero têm empreendido nacional e internacionalmente, compondo as nuvens carregadas do céu que ameaça o território curricular, há um investimento na manutenção da estratificação e na essencialização do gênero, servindo para atacar qualquer tentativa de discussão e problematização sobre o fato de ser construído no social, pelos saberes e pelas práticas discursivas que variam de cultura para cultura. Ou seja, o que se quer conter e minimizar é exatamente a tentativa de desconstrução e desnaturalização dos gêneros e das sexualidades, pois pode expor “as falhas na política de identidade e normalização dos gêneros, que insistem em capturar e controlar os corpos, principalmente aqueles considerados ‘aberrantes’” (CARNEIRO, 2020, p. 16). Posicionando-nos, pois, nesse cenário de disputas, apresentamos a discussão que se segue, após o delineamento da metodologia.

No contexto de produção das entrevistas, destaca-se que os encontros aconteceram em sete datas diferentes, entre outubro de 2015 e janeiro de 2016. O que significa que, em relação ao ano de aprovação desse texto (2022), podemos perceber que os investimentos contra os estudos e as temáticas de gênero e sexualidade tornaram-se ainda

mais recorrentes. Assim, tornam-se necessárias mais estratégias de resistência, tanto de pesquisadores/as dessas temáticas quanto de professores/as em salas de aula. Como percebemos nesta pesquisa, no período da entrevista, muitos/as discentes tinham dificuldades em abordar essas temáticas em suas aulas, ou mesmo conversar a respeito; hoje, essa dificuldade (mesmo quando se busca minimizá-la) parece vir acompanhada de medo (OLIVEIRA, FERRARI & MATHIAS, 2022), pois as investidas contra essa abordagem vêm acompanhadas de diversos tipos de ameaça, que acabam controlando o trabalho docente.

Nesse sentido, mobilizar os/as professores/as que participaram desta pesquisa, e que expressam compreensões subversivas de modo mais incisivo, é uma forma de reiterar que, se poderes tristes avançam sobre os currículos e o trabalho docente, a resistência também se faz presente, mostrando que o possível habita a escola. Se os depoimentos dos/as docentes pudessem ser trazidos para o primeiro plano deste texto, seria por meio dessa afirmação da vida, das possibilidades, do acolhimento das diferenças, do adiamento do esgotamento e da criação de alegrias que potencializem a força e o existir dos/as docentes que constroem os currículos cotidianos, dos quais muitas vidas dependem para serem possíveis e vivíveis.

Metodologia

Considerando os referenciais teóricos da vertente pós-crítica (BRITZMAN, 1996; BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2014a; 2014b; 2014c; LOURO, 2015; SILVA, 1999), que têm sido mobilizados para desconstrução e questionamento do conhecimento sobre corpo, gênero e sexualidade na escola e em diversos espaços educativos, realizamos uma pesquisa, entre 2015 e 2017, que teve como objetivo geral a identificação e a análise das normas de gênero e da heteronormatividade em uma escola de Educação Básica em Aracaju (SE). Duas questões norteadoras constituíram o foco central para essa análise: i) como as normas de gênero estão funcionando na escola investigada? ii) como a heteronormatividade atua nessa escola?

A pesquisa aconteceu em um colégio público de Aracaju (SE), que oferece turmas de 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, nos turnos matutino e vespertino; conta com 416 estudantes, 18 docentes, duas coordenadoras e uma diretora. Após o contato com a escola, que aceitou o trabalho com as temáticas de corpo, gênero e sexualidade, assumimos a observação e as entrevistas semiestruturadas como procedimentos metodológicos. No que se refere à observação, destacamos que ocorreu nos espaços escolares, como sala de aula, recreio, entrada e saída dos/as discentes, enfim, locais em que observávamos comportamentos, diálogos e expressões corporais, para problematizar os jogos de construção dos gêneros e sexualidades. Para as entrevistas semiestruturadas organizamos algumas questões

norteadoras, mas investimos mais no diálogo. Elas foram realizadas com dez professoras, quatro professores e duas coordenadoras, para perceber as situações sob outra perspectiva, provocando o incômodo capaz de problematizar a escola e seus saberes, presentes nas relações com estudantes. No recorte para este artigo trazemos excertos das entrevistas com duas professoras e um professor. São elas: Lourdes¹, professora de Biologia; Manoela, coordenadora da escola; e Marcelo, professor de Artes.

Para as análises, mobilizamos a problematização e elementos do discurso de Michel Foucault (2014a). O discurso é entendido como uma prática produtiva de poder-saber, por isso, é possível dizer que é nele que se produzem as verdades e os sujeitos. O discurso não se reduz à representação da realidade preexistente, ele “produz aquilo que nomeia, caracteriza, conceitua; ele produz os sujeitos e os objetos sobre quais ele fala; e é, portanto, produtor da própria ‘realidade’” (PARAÍSO, 2010, p. 41). Compreendemos que as falas dos/as docentes aqui apresentados estão vinculados ao discurso que desestrutura a norma e afirmam a diferença.

A problematização, por sua vez, é a perspectiva que norteou os estudos de Foucault (2010), como uma forma de fazer pesquisa para colocar sob suspeita nossas formas de pensar, de agir e de ser. Dessa maneira, a problematização não é apenas um conceito, mas uma possibilidade de fazer pesquisa. Na contramão de uma educação normatizadora, a problematização contribuiria mais para o entendimento de um cotidiano plural, inclusivo e que viabilizasse a valorização dos direitos humanos, percebendo que há uma construção histórica que prioriza um padrão heteronormativo e discursos de poder que constituem o espaço educativo.

Destaca-se que os processos aqui apresentados foram previamente aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CAAE 46779715.6.0000.5546), sendo que toda a trajetória da pesquisa foi analisada por meio de um projeto minuciosamente detalhado. Os/as participantes foram apresentados, de antemão, aos objetivos e metodologias, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização do Uso de Imagens e Depoimentos.

Discursos subversivos nos ditos de docentes

Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida em torno de duas questões: i) como as normas de gênero estão funcionando na escola investigada? ii) como a heteronormatividade atua nessa escola? Tais questões nos possibilitaram dizer que o “cotidiano escolar é também currículo e age investindo e subjetivando os corpos que ali estão” (OLIVEIRA & FERRARI, 2021, p. 199-200). A afirmação nos convida a pensar que a heterossexualidade “é um investimento nos sujeitos, ou seja, de um processo educativo que se relaciona com a construção da normalidade e da normatividade” (OLIVEIRA & FERRARI, 2020, p. 41).

Esses dois pontos já desenvolvidos em produções anteriores se relacionam com o foco que elegemos para este artigo: que discursos e ações os/as professores/as acionam em seu trabalho na sala de aula para problematizar as relações de gênero? Isso significa que argumentamos que os/as docentes agem sobre si mesmos/as, os/as alunos/as e os currículos, de forma que reconhecem questões no seu fazer docente sobre a constituição de sujeitos como pertencentes a um gênero. É esse aspecto que surgiu do campo, que emergiu das falas das professoras e do professor e que queremos aqui demonstrar.

“E eu li um artigo na disciplina que tratava dessa questão de gênero nas aulas experimentais de Biologia. Ciências e Biologia. Achei muito interessante porque a forma como a imagem da mulher aparece de forma discriminada, nos livros de Ciências. Por exemplo, quando você vai olhar a imagem de um professor e de um cientista, no livro você vê o homem né, o homem como cientista e a mulher como assistente, no máximo como assistente, então é muito forte a imagem do gênero masculino dentro dessas áreas exatas, como se mulher tivesse um papel secundário no espaço ocupado pelo próprio conhecimento científico então são questões importantes da gente analisar e pra gente não reforçar enquanto professor. Né? Pelo contrário, a gente fazer com que essas coisas sejam cada vez mais discutidas pra gente avançar nesse sentido, avançar nessa quebra desses padrões sociais” (LOURDES, 2015, grifos nossos).

A professora Lourdes parte da sua disciplina, fala de uma mudança de postura e de outro olhar para aquilo que é feito no interior da escola, no encontro com outra forma de pensar e ler o mundo. Esse encontro é feito a partir da leitura de um artigo, algo que reforça a relevância da publicação de pesquisas científicas que têm como objeto as questões de gênero – pesquisas essas que têm sido alçadas ao signo de ‘ideologia’ e de ‘opinião’. Desse modo, nós, pesquisadores/as de gênero, temos defendido a reafirmação da ciência, na qual nossas pesquisas estão fundadas, pois “os grupos reacionários, nas suas oposições e reações às nossas conquistas, têm substituído o conhecimento científico por opiniões e pelo culto ao achismo” (PARAÍSO, 2019, p. 1416). Tais grupos tentam minar nossas conquistas, desqualificando o conhecimento que temos produzido, talvez porque essas pesquisas são provocadoras, problematizam, criando frestas e rupturas no pensamento, tal qual podemos perceber no dito da professora. Nele destacamos, como signo de resistência, a leitura de um artigo científico em uma aula de Biologia, o que inscreve o depoimento da professora no discurso científico de gênero, mostrando seu aspecto construído, provisório e contingente. Encontramos no excerto, de modo mais explícito, aquilo que Marlucy Paraíso (2019) apontou em texto sobre as ações de professoras/es que resistem e trazem para suas aulas concepções de gênero alargadas, que tensionam a norma. A autora afirma que o que podemos ver nessas ações é “claramente, efeito dos conhecimentos produzidos pelos estudos feministas, de gênero e *queer* nas últimas décadas”; e que, segundo ela, “foram esses conhecimentos que ensinaram a questionar as normas de gênero e sexualidade, interroga-las, ‘desfazê-las’, perseguir seus processos de produção” (PARAÍSO, 2019, p. 1421). Desse modo, a desqualificação de tais estudos é uma tentativa de barrar efeitos como os que se notam na declaração da professora; percebemos que, a

partir da leitura do artigo científico em aula, ela não quer mais reforçar e reiterar a norma, fazendo referência a Judith Butler. Conforme a professora relata, ela quer *“fazer com que essas coisas sejam cada vez mais discutidas para a gente avançar nesse sentido, avançar nessa quebra desses padrões sociais (LOURDES, 2015, grifos nossos)”*. A partir dessa leitura, ela sente-se encorajada a tomar uma atitude como professora.

Talvez uma das características principais dos estudos de gênero é provocar a indignação, convocar para alianças, não aceitar mais as coisas como ‘neutras’ e dadas, mas olhar tudo com muita desconfiança, o que remete a ação, vontade de não ser mais o/a mesmo/a. Os estudos de gênero parecem funcionar, assim, como uma espécie de “alavanca para o revide ali mesmo onde incide com maior força o poder” (PELBART, 2019, p. 38). Investe-se no desejo de viver e pensar de outro modo. Se a “vontade de uma vida outra é experimentada no confronto com o poder”, essa vontade “é indissociável da recusa em se levar esta vida designada e definida pelo poder” (LAVAL, 2019, p. 122). Recusa essa localizada no dito da professora Lourdes, quando ela afirma não querer mais reiterar as normas de gênero, mas discuti-las, provocar fissuras nos seus efeitos de verdade.

A professora consegue perceber que o seu papel como docente pode fazer a diferença e se propõe a realizar tal trabalho, a investir na ‘quebra de padrões sociais’. Pois é essa postura que nos interessa ressaltar, ou seja, queremos colocar força nas falas de professores/as que se percebem incomodados/as com o que se estabeleceu como norma de gênero, com a naturalização dos pertencimentos, colocando-se, assim, num movimento de trazer a problematização dessas posturas para sua ação e para a escola, num investimento em sujeitos e possibilidades de pensar e agir diferentemente. Trouxemos, da mesma forma, outros ditos que nos conduzem a pensar que os discursos são resultados de relações com os saberes e com os poderes, circulam e são transmitidos nas escolas, podendo sempre ser desconstruídos, modificados e subversivos.

Trabalhar com a problematização dos discursos subversivos a partir de uma pesquisa sobre relações de gênero e sexualidade na escola só é possível se tomarmos as categorias de sexo, gênero e desejo como resultado de construção, algo que se renova, se desconstrói, se revisita e se reformula; discursos que não estão prontos e, por isso, são disputados, confrontados e negociados, algo defendido e demonstrado pelas diversas pesquisas científicas sobre gênero. Foi esse aspecto que surgiu com força nas falas dos/as professores/as da escola investigada quando chamados/as a falar sobre seus entendimentos e percepções sobre relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. Trouxeram uma compreensão de construção, o que implicava seu trabalho como professor/a e a função da escola numa ação para além da transmissão de conteúdos, mas num investimento nos sujeitos. Nesse sentido, chamamos de subversivos esses discursos mobilizados ou acionados pelos/as professores/as para colocar sob suspeita as formas de lidar com os corpos e as definições de gênero, investindo para transformar o que comumente nos constitui, questionando o que seria uma ordem estabelecida.

Para explorar esse sentido de subversão dos/as professores/as, acionamos as perspectivas de Judith Butler (2003) e de Michel Foucault (1988), que nos ajudam a problematizar as categorias de gênero e sexualidade como discursos e envolvidas nos processos de constituição dos sujeitos. Uma postura cada vez mais presente nas práticas dos/as professores/as e que fala de um entendimento de escola, currículo e ação docente como parte do processo educativo dos sujeitos, como demonstram Márcio Caetano, Paulo Melgaço e Treyce Goulart ao defenderem a necessidade de problematizar, cotidianamente, “os conhecimentos universalizados pelos currículos que, mesmo quando coletivamente construídos, refletem os jogos de poder das/nas escolas” (CAETANO, MELGAÇO & GOULART, 2016, p. 134). É um tipo de ação docente que denota um entendimento de educação para além daquilo que ocorre nas escolas, no currículo oficial e nos conteúdos disciplinares. O que estamos defendendo, portanto, é que essas práticas se traduzem em investimentos nos sujeitos, convidando-os a questionar suas formas de pensar e agir, ser e estar no mundo.

Os discursos sobre sexualidade, gênero e desejo estão nas escolas, circulam entre aluno/as, são aprendidos e ensinados cotidianamente pelos saberes trazidos para dentro da escola. Olhar e perceber como esses discursos se apresentam exige uma sensibilidade para as relações pessoais, as brincadeiras, as classificações e os enquadramentos que nos organizam – situações, enfim, que não somente convocam a nos incomodarmos, mas também a agirmos sobre essas formas de saber. Como nos ensina Guacira Louro o “processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível” (LOURO, 1997, p. 63). Essa constatação não é trazida pela autora como um dado que devemos, simplesmente, admitir. Ela se utiliza dessa constatação como uma denúncia, uma chamada de atenção: os nossos olhares deveriam se voltar para “as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança”. O que a autora nos diz é que a tarefa mais urgente para professores/as “talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’” (LOURO, 1997, p. 63).

Ao desconfiarem daquilo que está dado, se colocam no lugar do questionamento do que nos constitui, subvertendo pensamentos e ações, tirando os sujeitos dos lugares. Os/as docentes, ao serem questionados/as sobre como percebem as relações de gênero e sexualidade nas escolas e como compreendem o currículo como espaço de constituição dos sujeitos pertencentes a um gênero, nos disseram compreender que gêneros, corpos e desejos são construídos no interior das escolas, ou seja, são efeitos de instituições, práticas e discursos com variadas origens. Nesse sentido, elaboraram falas propondo outra ação como docentes e como parte da escola na produção de outros sujeitos, outros currículos que instaurem a dúvida, o questionamento e a inquietação sobre os processos que nos constituem, dos quais participamos e nem sempre nos damos conta. Subvertem assim suas formas de pensar e agir, os saberes, os currículos e convocam os/as estudantes a fazer o mesmo. Podemos dizer que esses discursos subversivos apostam na problematização

da relação saber-poder-subjetivação nos moldes foucaultianos, de maneira “que se compreenda a problematização não como um ajustamento de representações, mas como um trabalho do pensamento” (FOUCAULT, 2010, p, 233). Para Michel Foucault, portanto, o pensamento é liberdade, “aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins” (FOUCAULT, 2010, p. 232).

Problematizar as construções de gênero como resultado de práticas discursivas atravessadas por relações de saber-poder significa interrogar o pensamento e tomá-lo como possibilidade de liberdade quanto ao que se pensa e como se age. Essa nos parece ser uma função importante das escolas e das práticas docentes no trato das relações de gênero e sexualidade, ou seja, tomá-las como momentos para se questionar o pensamento: por que pensamos o que pensamos? A forma como pensamos, entendemos e lidamos com as relações de gênero e sexualidade denota uma história do pensamento. Colocar sob suspeita essas formas de pensar e convidar a pensar e agir diferentemente é algo que se alinha às construções de gênero e sexualidade segundo Butler, que defende a crítica genealógica como forma de investigação, desenvolvida por Foucault e que “recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver” (BUTLER, 2003, p. 9). A questão não é, portanto, buscar as origens, mas centrar as investigações nas instituições que contribuem para a definição do gênero como uma relação binária homem-mulher e suas vinculações com o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. Butler (2003) demonstra que essas relações são resultado de práticas discursivas diversas, plurais, complexas e que se espalham em várias direções, funcionando como regimes de poder. A escola é parte desse funcionamento: “Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar” (LOURO, 1997, p. 59). Atentar aos modos de funcionamento das práticas discursivas atravessadas pelos regimes de poder na escola exige atenção à linguagem e aos discursos que nos constituem.

Discurso é um conceito muito presente na trajetória de pesquisa de Michel Foucault (1988; 2002), sendo apresentado como um conjunto de enunciados que vêm à tona como performance verbal. Trata-se de uma definição que considera a ideia de práticas discursivas e que nos ajuda a problematizar as relações de gênero, na medida em que permite pensar a linguagem que acionamos nas nossas interações cotidianas, e que também possibilita investigar os processos de construção, difusão, permanência e rupturas nas relações de poder entre os sujeitos e os grupos. Para o autor, em toda sociedade, a produção “do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2002, p. 8-9). No entanto, o discurso também traz o princípio de

descontinuidade como “práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2002, p. 52-53).

Assim, os ditos dos/as professores/as evidenciam como diversos discursos são acionados para normalizar e enquadrar os corpos na escola. A escola age como mecanismo de subjetivação para formar indivíduos específicos. Já o gênero perfaz espaços diversos, os olhares e as palavras, penetra os corpos, constrói caminhos, dita regras, vigia, corrige e pune. Sob o aparente discurso de naturalidade, de um sexo biológico, da religião e da família, a violência é franqueada na escola, sujeitos são apagados e silenciados de seus processos pedagógicos, a norma se atualiza e é ensinada constantemente. Na contra-mão de ‘evidências biológicas’ que determinam o gênero binário, de um desígnio divino, uma sexualidade hegemônica e privilegiada no currículo e em outros espaços, alguns/umas docentes problematizam concepções que oprimem e excluem sujeitos que fogem ao padrão, trazendo pensamentos que podem indicar outras possibilidades. A professora de Biologia da escola considera importante pensar gênero e sexualidades por outras vertentes e não somente por certo tipo de discurso biologizante:

“Se a gente for tratar somente a Biologia, a gente vai pensar na questão biológica, mas quando vai tratar na concepção de sujeito, das relações, por exemplo, tratar das questões culturais... das relações, das normas sociais, então a gente pensa que é uma concepção muito mais abrangente” (LOURDES, 2015).

A professora Lourdes trabalha com duas ideias. Uma ligada ao ‘somente’ e outra ao ‘abrangente’. Ela organiza sua fala demonstrando o quanto um discurso recortado pode ser limitante, algo importante, pois se refere ao olhar de uma professora para os limites da disciplina que leciona, no encontro com o social. Depois de trazer essa limitação, ela argumenta em favor de uma visão mais abrangente do sujeito, que envolva também as questões culturais. Em nenhum momento ela nega a Biologia, mas mostra um entendimento de sujeito que associa o discurso biológico com as questões culturais, se aproximando das discussões sobre relações de gênero, sexualidade e educação.

Essa associação, no entanto, não é fácil. Muito pelo contrário, a Biologia parece ter sido resguardada da ampla discussão que questiona sua própria contingência, o que muitas vezes direciona o debate para a separação entre natureza e cultura – assim, a Biologia estaria mais para a natureza do que para a cultura, como se fosse isenta das relações de poder que também a constituem. A própria separação entre natureza e cultura parece ter sido muito útil para os estudos de gênero e sexualidade durante muito tempo. Afinal, como afirma Guacira Louro a respeito das normas de gênero, para “não esquecer seu caráter construído” e a lhes “conceder a aparência de natural” (LOURO, 2010, p. 44), é necessário compreender que toda e “qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura” (LOURO, 2010, p. 46). São afirmações que parecem ir ao encontro do que aprendemos com Jeffrey Weeks, quando indica que a biologia e a natureza “nos

colocam em um mundo de aparente fixidez e verdade” (WEEKS, 1991, p. 87). Talvez por isso mesmo a professora fale da necessidade de não se restringir à Biologia e trazer as questões culturais para o debate. A partir dessa constatação, ela aposta em uma concepção abrangente, e queremos apostar com a professora, não em um abandono da disciplina de Biologia – mesmo reconhecendo seus limites no modo como se configura, e pode funcionar nos currículos –, mas em outro ensino dessa disciplina.

Para além da preocupação com a disciplina que leciona, a professora Lourdes está interessada na constituição de sujeitos que consigam se entender de forma mais abrangente. Um tipo de posicionamento que convida a pensar no princípio de “inversão dos discursos” (FOUCAULT, 2002, p. 51) presentes nas escolas. Podemos pensar que a Biologia, assim como outras disciplinas, expressa certa tradição, em função dos conhecimentos que insistem em se repetir. Os currículos são sempre tradições inventadas, como argumenta Ivor Goodson (1997), o que significa dizer que são resultado de disputas, negociações e escolhas marcadas pelo discurso, pelo tempo e, portanto, sempre cambiantes, mutáveis e dinâmicos. Daí o sentido de invenção, ou seja, currículos são inventados pelos sujeitos, pelos governos, pela política, o que reforça a ideia de que os currículos sempre exprimem escolhas humanas, atravessadas pelo contexto histórico. No entanto, muitas vezes essas escolhas se renovam numa certa continuidade, de maneira que os currículos também se constituem como ‘tradições’, algo que se repete, se transformando em estrutura de saber que define as decisões pessoais, que constitui sujeitos, estratifica saberes, modos de pensar, agir, ser e estar. Como Foucault nos incita a pensar, “lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como [...] da disciplina”, é necessário olhar para a inversão dos discursos, ou seja, é aí que “é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (FOUCAULT, 2002, p. 51-52). A professora Lourdes consegue reconhecer esse ‘jogo negativo’ do recorte e da rarefação do discurso biológico, de tal forma que propõe uma ampliação do entendimento dos sujeitos para além de um discurso normativo, que aciona a Biologia para se constituir como verdade, mobilizando a natureza como essência, fixidez e obviedade.

Junto a isso, é preciso destacar aqui que a Biologia tem sido também problematizada, a divisão natureza e cultura parece não ser mais proveitosa, já que favorece, de certo modo, os argumentos morais levantados contra vidas e corpos dissidentes que não correspondem aos pressupostos normativos generificados e ancorados em uma divisão binária inscrita na Biologia. Tais argumentos dependem não apenas dessa divisão/distinção, mas também são compelidos a proteger as fronteiras que separam natureza e cultura (RANNIERY, 2021). Essa separação tem sido amplamente debatida até mesmo nos estudos de gênero em contestação, por exemplo, ao binário sexo/gênero. Butler chegou a afirmar que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25).

É nesse sentido que, ao investir na abertura de caminhos “para uma pesquisa em ensino de biologia que possa escapar ao autoencapsulamento de gênero, sempre à espreita, e responder aos devastadores investimentos políticos na corrosão e destruição da vida” (RANNIERY, 2021, p. 490), Tiago Ranniery defende a necessidade de reafirmar “noções que desafiem a aparente materialidade indiferente da natureza e reativem uma série de intensidades emaranhadas”. Para o autor há “algo de incomensurável à divisão natureza e cultura”, pois “quanto mais lutamos para nos livrar da natureza, menos vemos o que está acontecendo na poética de habitar as conexões, a constituição mútua, a interdependência, a coabitação e as ligações parciais das formações natureza/culturas” (RANNIERY, 2021, p. 497-498). Apostando em uma interdependência complexa entre natureza e cultura, o autor busca nos convencer de que a natureza não pode ser totalmente confinada, pois é um espaço-tempo (re)configurado reiteradamente – talvez seja a concepção mais abrangente necessária que a professora Lourdes mencionava. Deixa-se então de pensar no aspecto estratificado de uma Biologia normativa que, através de reiterações e reafirmações, se torna a referência, o centro e o padrão, para problematizar-se a construção dessa diferença, fazendo com que a escola e seu currículo revelem-se importantes no processo, pois, através de uma tecnologia de subjetivação, produzem o lugar do sujeito normal e do excêntrico, mas também podem ser lugar de rupturas.

Nessa perspectiva, não se trata somente de abandonar a restrição de um discurso biológico, mas entender que esses e outros discursos estão implicados em relações de poder, de forma que “distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como realidade” (LOURO, 2015, p. 16). A partir daí talvez seja possível pensar diferentemente do que está posto, estratificado, universalizado e normalizado. É assim que parece pensar o professor Marcelo, de Artes: “É mais uma construção social, a sociedade que delimita gênero masculino e feminino, acho que ninguém nasce gênero tal e gênero tal, é mais uma coisa que é construída desde o nascimento até o... enfim... o fim da vida” (MARCELO, 2015).

Talvez até se pense na clássica frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” de Simone de Beauvoir (1980, p. 9); o professor não somente concorda com a autora, mas também lembra de outros/as autores/as que problematizam a noção estratificada de masculino e feminino. Dizer que a sociedade delimita gênero masculino e feminino faz lembrar os gêneros inteligíveis, do par binário que limita as possibilidades de compreensão de gênero, a partir de um sexo anatômico. O professor Marcelo se filia a um entendimento de gênero como construção, um discurso que, segundo Judith Butler (2019), tem circulado principalmente na teoria feminista, demonstrando como vem ganhando espaços. Pensar o gênero como construção significa pensar o corpo e os sujeitos como construídos, como resultados de determinados discursos que atuam como pontos de referência, nos quais ou em relação aos quais essas construções de gênero se efetivam. Em se tratando

de um professor com um entendimento de gênero como construção, podemos supor que essa postura diante dos corpos e dos sujeitos signifique um repensar constante, já que estamos falando de construção, que parece abrir caminho para um sentido de educação como um fazer cotidiano. Ao dizer que a sociedade delimita, ele afirma que, constantemente, enquadram-se sujeitos em um ou outro gênero, o que o leva a dizer em seguida que ‘ninguém nasce gênero tal e gênero tal’, mas vai sendo constituído, formado, percebido pelos discursos que atravessam os corpos de forma contínua e repetida. Admitir que o gênero é construído não parece suficiente para explicar de que forma a sua materialidade é produzida nos corpos (BUTLER, 2019). As relações de gênero não só funcionam como organizadoras sociais, como demonstra Joan Scott (2019), elas são partes de uma “prática regulatória que produz os corpos que governam, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla” (BUTLER, 2019, p. 15). Não é algo que acaba em determinado momento, pois há, constantemente, uma obrigação de corresponder ao que foi construído como masculino ou feminino. Ao lermos a frase do professor Marcelo, é possível lembrarmos a afirmação de Butler:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias formas que policiam a aparência social do gênero (BUTLER, 2003, p. 59).

Nas escolas, os espaços podem ser rigidamente marcados, com horário para entrar e sair, levantar-se e sentar-se, falar, pensar, correr e gesticular. Assim, criam-se modelos de comportamento, denominam-se indisciplinas, agrupa-se por sexo, raça, idade, classe social, prepara-se o corpo para a sociedade, ensina-se a falar e calar, a ouvir e ser ouvido. Tudo isso seguindo a continuidade sexo-gênero-sexualidade que nasce por e através dos corpos.

A rotina escolar, os horários pré-determinados, os espaços demarcados, os comportamentos esperados e vigiados são instrumentos pedagógicos que produzem formas padronizadas de sexualidade, disciplinam os corpos e neles inserem discursos de gênero hierarquizados, constituindo sujeitos masculinos e femininos. O investimento da escola é significativo para a reprodução de valores que circulam em outras instâncias da sociedade. O conhecimento difundido na escola se entrelaça com outras formas educacionais de disciplinamento dos sujeitos, ao proporcionar práticas que fixam as identidades sexuais binárias, subordinando ou silenciando as diversas formas de identidade.

Ainda que a escola tente agir com formas de controle e regulação, isso se torna paradoxal, pois a diversidade está presente nela, seus/suas agentes negociam formas de atuação, encontram formas de burlar as leis e demonstram querer ultrapassar as barreiras

impostas. Na tentativa de apagar identidades que não se encaixam em seu modelo de educação, algumas escolas preferem silenciar – e esse silêncio é também discursivo, pois forma e subjetiva –, negar ou punir performances corporais que não atendam a uma construção social embasada no binarismo.

Continuando a falar sobre desconstrução, outras professoras mostram práticas discursivas que podem desestabilizar a norma no espaço escolar:

“É, um aluno questionando uma agenda com a capa de carro e tinha uma foto com a capa mais colorida de menina, tinha até uma menina, e ele questionou quando eu disse assim, essa agenda é de fulano e de sicrano, a de carro é de menino e de menina é de menina, aquela coisa bem básica né? Só que pra eles, eles veem assim né? Só que eu mostrei que não, que eu tinha um carro, que eu tinha um caderno de surfe porque eu adorava os surfistas da época, porque eu achava bonito o mar, e eu mostrava a ele mais ou menos isso aí” (MANOELA, 2015).

Gênero pode ser discutido na escola de maneiras diversas, assim, é importante não esquecer que é através de artefatos como livro didático, revistas, textos, músicas, filmes e uma infinidade de outros meios que se aprende, ensina, atualiza e reitera a norma. Nesse sentido, afirma-se que as normas podem ou não “serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem” (BUTLER, 2014, p. 252).

Torna-se importante problematizar e desconstruir as aprendizagens diversas que parecem fixas, como fez a coordenadora Manoela, que relatou a experiência com estudantes, quando perguntou de quem era determinada agenda, e esses/as disseram que só poderia ser de um menino, pois havia uma capa com um carro, e a agenda de uma menina seria florida. A atitude da coordenadora, ao dizer que tem um caderno com fotos de surfe na capa pode ter provocado alguma reflexão, fazendo pensar como até os objetos usados na escola geram processos de normalização. Isso pode significar que “os corpos considerados ‘normais’ e ‘comuns’ são também produzidos através de uma série de artefatos, acessórios, gestos e atitudes que uma sociedade arbitrariamente estabeleceu como adequados e legítimos” (LOURO, 2015, p. 89).

Dessa forma, sujeitos generificados são produzidos, separados por um par binário, mas mesmo com todos esses investimentos, os corpos escapam, conforme observa a professora Lourdes:

“Nem sempre a noção do masculino e do feminino encontra um respaldo dentro da pessoa, então nós aprendemos desde pequenos quais são as características biológicas de um corpo feminino e de um corpo masculino, mas eu acho isso tudo muito polarizado entre o macho e a fêmea, e tem nuances aí no meio que não são discutidas e colocadas, existem corpos em transição, existem, mulheres com corpos mais masculinizados, existem homens com corpos mais feminilizados e eu não estou falando apenas de um ombro mais largo, de um quadril mais estreito, de um rosto com ou sem barba, da presença ou da ausência de um ser, ou dos órgãos genitais mesmo [...] eu acredito que o corpo é uma noção mais individual, embora a

sociedade tente ensinar as pessoas através de uma identificação visual apenas o que é um homem o que é que é uma mulher” (LOURDES, 2015, grifos nossos).

A narrativa destacada possibilita compreender que a noção binária de gênero não responde à multiplicidade de gêneros em cena na sociedade; e mesmo que as aprendizagens insistam nessa fórmula para regular os corpos, existem os que rompem com esse modelo, questionam e desestabilizam os mecanismos de normalização do masculino e do feminino. Para Butler, “manter o termo ‘gênero’ em separado de masculinidade e feminilidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico do gênero” (BUTLER, 2014, p. 254). Por isso, ao perceber que existem corpos que não se enquadram em lugares delimitados, a docente percebe que as construções ocorrem de forma polarizada, que existem nuances não discutidas e ‘corpos em transição’. Isso significa dizer que a performance desses corpos contesta os supostos lugares fixos, estáveis e delimitados, sugerindo uma abordagem de gênero ampla, pois “gênero não tem cabimento, nem nunca terá [...] não tem governo nem nunca terá, é o que não tem vergonha nem nunca terá, é o que não tem juízo” (RANIERY, 2021, p. 491). Para usar as palavras da professora, não tem ‘respaldo’ algum, não cabe nos modos que a inteligibilidade normativa cunhou, sempre dará um jeito de criar linhas de fuga e alcançar territórios ainda não explorados, produzindo outras formas de conhecimento, questionando o próprio corpo. Gênero incita e ao mesmo tempo parece ser correlato à imaginação, porque opera no terreno daquilo que ainda não está posto, para fazer possíveis (OLIVEIRA, FERRARI & MATHIAS). Gênero pode ter a “função ética de dar corpo ao que a vida anuncia” (ROLNIK, 2019, p. 94). A vida não anuncia uma paisagem chapada, fronteiras delimitadas, fixação – a vida é movimento e em sua máxima potência, ela se multiplica, rompe com o instituído.

Considerações finais

Afirmar possíveis em tempos tristes, que têm investido no afogamento de nossas conquistas, é buscar um pouco de ar na superfície. Mobilizar os ditos desse professor e dessas professoras para esta pesquisa é transbordar as fronteiras da norma, do medo, da paralisação, para dizer que a resistência também tem habitado as escolas e os currículos. Esses ditos se encontram e podem produzir devires na escola, em direção da construção de espaços nos quais diversos tipos de vidas e corpos sejam vivíveis.

Ainda que a norma tente apagar a diferença, regulando a proliferação da vida e dos gêneros, encontraremos, de alguma maneira, uma forma de resistir às suas investidas, encontrando saídas, brechas, bifurcações, ou mesmo, criando-as das mais diversas maneiras e com muita inventividade. Pensamos ser necessário reafirmar essas mesmas

características sobre as/os nossos/as professores/as. Depoimentos como os que trouxemos aqui podem contaminar de vida a sala de professores/as, os currículos e as escolas.

Como considerações finais, podemos afirmar que apesar de todo investimento no apagamento das questões de gênero, as resistências constituem o fazer docente. Os ditos desse professor e dessa professora tornam visíveis seus pensamentos sobre a necessidade de afirmar a diferença no currículo escolar e os possíveis efeitos desse pensamento. Mostram, assim, que como um território de disputas, o currículo passa por processos de constituição que também são caracterizados por linhas de fugas em uma paisagem muitas vezes árida e chapada.

Recebido em: 25/06/2021; Aprovado em: 29/06/2022.

Notas

- 1 Todos os nomes das professoras participantes e do professor participante são fictícios, respeitando as questões éticas na pesquisa e garantindo o anonimato.

Referências

- ALUNO sugere trabalho com tema LGBT e é rechaçado; família denuncia. UOL, São Paulo, 14 de jun. 2021 (online). Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/14/aluno-trabalho-tema-lgbt-escola.htm>>. Acesso em 23 jun. 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo, v. I, II*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1, 2019.
- BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2017, online. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>>. Acesso em 28.7.2022.
- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Revista Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274 jan./jun, 2014.
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós. 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. Trad. T. T. Silva, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 71-96, jan./jun. 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CAETANO, Márcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da & GOULART, Treyce Ellen Silva. "Eu me sentia assim, meio que excluído": performances hegemônicas e as dissidências na escola. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia & MOUTINHO, Laura (Orgs.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 127-156. Disponível em <<https://doi.org/10.7476/9788523218669.0008>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CARNEIRO, Glauca Conceição *et al.* *Currículo das errâncias com a pedagogia da hesitação: corpo, cidade e artivismos*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

DELEUZE, Gilles. *Lucrece et le simulacre*. In: DELEUZE, Gilles. *Logique du sens*. Paris: Les Edition de Minuit, 1969, p. 307-324.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Medo – ou como surfar turbilhões. 2020. *N-1 edições* (online). Disponível em <<https://www.n-1edicoes.org/textos/120>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Polêmica, política e problematizações*. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 225-233.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão*. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

GOODSON, Ivor. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. Trad. Lorena Balbino. São Paulo: n-1, 2019, p. 103-142.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane & GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Rio de Janeiro: Vozes. 2010, p. 41-52.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 7-34.

MARCONDES, Luiza & SILVA, Diony. Professora é intimidada por vereador ao passar texto sobre mês do orgulho LGBTQI+; áudio. *G1, Espírito Santo*, 21 de jun. 2021 (online). Disponível em <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/06/21/professora-e-intimidada-por-vereador-no-es-ao-passar-texto-sobre-mes-do-orgulho-lgbtqi.ghhtml>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MEYER, Dagmar. Currículos de gênero e sexualidade: Sobre tormentas e resistências criativas em territórios disputados. In: PARAÍSO, Marlucy Alves & CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.). *Pesquisa sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza, 2018, p. 9-12.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan ideologia de gênero. In: PARAÍSO, Marlucy Alvez. &

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.). *Pesquisa sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza, 2018, p. 23-52.

PARAÍSO, Marlucy Alves. O currículo entre o que fizeram e o que queremos fazer de nós mesmos: efeitos das disputas entre conhecimentos e opiniões. *E-curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1414-1435, out./ dez. 2019.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.) *Lazer em estudo: Currículo e Formação Profissional*. Campinas: Papirus. 2010a. p. 27-58.

PELBART, Peter Pál. *Ensaio do assombro*. São Paulo: n-1, 2019.

RANNIERY, Thiago. Gênero não tem cabimento, nem nunca terá: ensino de biologia e a relação natureza e cultura. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 485-516, 2021.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetina*. São Paulo: n-1, 2019.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de & FERRARI, Anderson. Vigilância da sexualidade e heteronormatividade no currículo escolar. *Revista Linguagens, Educação, Sociedade*, Teresina, ano 25, n. 46, set./dez. 2020.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de & FERRARI, Anderson. "No meu tempo, [...] haveria um respeito ao sexo e ao gênero das pessoas": Reiteraões das normas de gênero e da heteronormatividade no currículo escolar. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 22, n.48, p. 194-220, jan./abr. 2021.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson & MATHIAS, Érika Kelmer. Onde querem medo, fazer-se bruta-flor: criações de possíveis no território curricular com gênero e sexualidade em tempos que amedrontam. *Currículo sem Fronteiras*, online, v. 22, e1801, p. 1-29 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-82.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEEKS, Jeffrey. *Against nature*. Londres: Rivers Oram Press, 1991.